

Drogas, a Educação para a Autonomia como Garantia de Direitos

Gilberta Acselrad

Mestra em Educação, Coordenadora da Área de Saúde Pública e Direitos Humanos, FLACSO Brasil.

No Brasil, fala-se muito em prevenção às drogas quando de fato precisamos de educação sobre drogas.

A alardeada necessidade de prevenção às drogas, no sentido de evitar que o próprio uso aconteça, é um obstáculo epistemológico por excelência, porque ela produz continuamente concepções ou sistematizações fictícias como abstinência, dependência inexorável, internação como ideal de tratamento, assim como as condições de sua credibilidade. Parte-se de um critério de verdade que abre caminho para soluções violentas e imediatistas e que não incluem a construção de um projeto de futuro.

Introduziremos aqui o conceito de educação para a autonomia que, em oposição, instaura uma polêmica incessante contra as evidências da prevenção, entendida, portanto, como uma ilusão perigosa. Mas, sua aplicação tem, tal como no poema de Drummond de Andrade, uma pedra no meio do seu caminho: o proibicionismo que entende que *“a droga é um invento maléfico promovido por uma máfia internacional de sem-vergonhas para embolsar imensos lucros, escravizar a juventude e corromper a saúde física e moral da humanidade; ante tal ameaça, só cabe uma enérgica política repressiva em todos os níveis, desde o mais simples traficante até as plantações de coca na selva boliviana; quando a polícia tiver metido na prisão o último grande narcotraficante, o Homem se verá livre da ameaça da Droga”*¹.

O ponto de partida da educação para a autonomia será questionar essa visão apregoadada como real na qual “misturam-se fatos e preconcei-

1 SAVATER. F. 2000. **Ética como amor próprio**, Ed. Martins Fontes, São Paulo.

tos, apresentam-se os efeitos como se causas fossem, cria-se um bode expiatório político de evidente utilidade. Fomenta-se um excelente negócio, utiliza-se a desgraça alheia como reforço da boa consciência e se retrocede ante as possibilidades jurídicas e técnicas de um Estado realmente moderno”². Esse questionamento inicial tem por objetivo criar condições para que cada sujeito se torne autor na construção e reconstrução do sentido do uso de drogas.

A educação para a autonomia propõe **recuperar a memória de outros usos** no passado não tão distante e também no presente, que davam prazer sem danos, na medida em que cercados de controles sociais construídos coletivamente. O consumo do vinho na Antiguidade Romana acontecia entre adultos. Homens e mulheres bebiam em espaços diferentes, depois das refeições, como forma de tornar as relações mais agradáveis. Esse uso, entretanto, era proibido para as crianças, que tinham direito a algumas gotinhas de ópio para que dormissem melhor³. Séculos mais tarde, na Europa, beber vinho foi aconselhado na prevenção da tuberculose⁴. A folha de coca, no passado e no presente, é mascada pelos povos andinos, tradicionalmente, sendo parte da economia camponesa, ‘lubrificante’ das relações sociais, como planta sagrada presente nas atividades religiosas, com propriedades medicinais, como forma de acompanhamento de situações individuais e coletivas na busca de soluções (cosmovisão)⁵. O uso de pílulas de cocaína, nos EUA no século XIX, assegurava curar a dor de dentes das crianças⁶. No início do século passado, a prescrição de heroína era indicada nos casos de problemas respiratórios de adultos e crianças, conforme registro no Dicionário Vidal e Georges de especialidades farma-

2 SAVATER, *op. cit.*

3 VILLARD, P. 1988. "Ivresses dans l'Antiquité Classique", In **Toxicomanies: alcool, tabac, drogue**, Reve Histoire, Economie et Société, no 4, Paris, França.

4 NOURRISSON, D. 1988. "Aux origines de l'antialcoolisme" In **Toxicomanies: alcool, tabac, drogue**, Reve Histoire, Economie et Société, no 4, Paris, França.

5 Instituto Indigenista Interamericano. 1989. **La coca...tradición, rito, identidad**. México.

6 Revue L'Histoire Presse. 2002. **Le dossier sur la drogue**, Paris, França.

cêuticas, na França, em sua primeira edição em 1914⁷. A maconha além de dar prazer, também teve e tem função terapêutica⁸.

As poções mágicas são recorrentes nas histórias infantis. As crianças ainda hoje escutam a história da princesinha e dos reis, seus pais que, na festa de seu nascimento, convidam as fadas, mas negam o convite às bruxas. Rejeitadas, as bruxas rogam uma praga: quando crescer a menina irá se ferir com uma roca, e adormecerá para sempre. Os reis preocupados providenciam o banimento das rocas/drogas em todo o reino. Mas restou uma no sótão e sem saber como lidar com aquilo, a princesa se fere, adormece confirmando a maldição. Não teria sido melhor que ela aprendesse a conviver com as rocas?⁹

As poções mágicas ensinam os personagens crianças a viver melhor. Com elas, *Alice*, pelo menos *no país das maravilhas*, crescia, diminuía, enfrentava os problemas da vida. *Branca de Neve*, menos sabida, menos informada comeu uma maçã envenenada e ficou na dependência de um príncipe que viesse salvá-la. *João e Maria*, abandonados pelos pais, descobrem a casa de chocolate, comem abusivamente, não passam mal, pelo contrário, ficam fortes, jogam a bruxa na fogueira e pela rota das *pedras* deixadas pelo caminho, retornam ao lar e são felizes para sempre com seus pais. *Popeye* comia espinafre e ficava mais forte, tornando-se invencível. *Super Homem* tinha força inata e voava, resolvendo, sozinho, todos os problemas do mundo. *Peter Pan* e *Sininho* tinham poderes de voar e fazer o tempo parar. *Emília* personagem do nosso Monteiro Lobato, graças ao *pó* de pirlimpimpim conseguia se transportar para outros tempos, outros países como a Grécia, onde encontrava Péricles. Na infância, as poções mágicas/drogas são elementos positivos, dão força e coragem para enfrentar desafios, aumentam a percepção de tempo e espaço, mas na vida adulta, a história muda, pelo menos algumas *poções* se tornam proibidas. Recuperar a memória sobre esses uso e costumes fortalece a autonomia, no sentido de melhor conhecer o mundo e tentar reconstruí-lo de forma generosa e solidária.

7 DUGARIN, J. e NOMINÉ, P. 1988. "Toxicomanies: historique et classifications" In *Toxicomanies: alcool, tabac, drogue*, Reue Histoire, Economie et Société, no 4, Paris, França.

8 HENMANN. A. e PESSOA JR, O. 1986. *Diamba Sarabamba, coletânea de textos sobre a maconha*, Ed. Ground, São Paulo.

9 ARATANGY, L. 1991. *Doces venenos, conversas e desconversas sobre as drogas*. Editora Olho D'Água, São Paulo.

A educação para a autonomia **discute conceitos**. Drogas dão prazer e, eventualmente produzem danos. Uso e dependência são situações diferentes. Na determinação da dependência interfere a substância de escolha, a história de vida de cada um e o meio e momento sociocultural em que vive, o que significa dizer que, diante da droga, não há um destino igual a todos. O uso “indevido” não é restrito ao uso das drogas hoje tornadas ilícitas, mas sua aplicação é mais adequada aos usos problemáticos, vividos na relação com a família, a escola, no trabalho. Quem experimenta uma droga, nem sempre fará uma escalada de consumo de outras.

Também discute programas. A educação para a saúde aplicada às drogas, modelo de abordagem compreensiva de origem europeia, se contrapõe à política repressiva de origem norte-americana. Teve sua eficácia restrita na realidade brasileira, tão diferente do Estado de Bem-Estar Social vivido por aqueles países, nós em meio a tantas desigualdades sociais, econômicas, culturais.

O Programa Educacional de Resistência às Drogas/PROERD, de inspiração norte-americana, leva policiais às escolas brasileiras com o discurso proibicionista de abstinência - ‘drogas, nem morto’, ‘diga não às drogas’. Perigoso do ponto de vista pedagógico – sem dúvida é melhor estar vivo, poder refletir e saber agir de forma protetora de si no caso de experiência de uso de drogas, travestindo policiais em educadores, difunde o medo e confunde.

O programa de Redução de Danos/RD é uma prática integradora para quem não consegue, não quer, não pode parar de usar drogas. Também ampara as famílias, mas no contexto proibicionista dominante, corre o risco de ficar limitado, ameaçado. A política antidrogas, na prática, minimiza, destoe dia a dia as ações de RD de que é exemplo a repressão à população em situação de rua, que usa crack ... ou não (vários outros grupos sociais marginalizados têm sido ‘recolhidos’ compulsoriamente).

A legislação proibicionista é colocada em questão. Difícil travar esta discussão, na medida em que o cidadão se acostuma a ‘sofrer’ a lei, mas não tem nem conhecimento, nem o hábito de discuti-la. O jargão jurídico afasta quem não o domina, sendo preciso aprender a ler e entender a lei. A possibilidade de imaginar que uma legislação tenha por finalidade o bem comum, a convivência harmoniosa é uma construção. Difícil entender que a antiga Lei 6.368/76 sobre drogas, elaborada durante a

época da ditadura militar de 64, incorporava os princípios e normas da Lei de Segurança Nacional daquele período, não sendo, portanto, gratuito, logo no seu primeiro parágrafo, o comprometimento do cidadão comum no combate ao tráfico ilícito de drogas; ou ainda, a perda de subvenções do Estado nas escolas onde o flagrante de uso não fosse denunciado às autoridades. Difícil entender que a aparente descriminalização do uso, na Lei atual 11.343/2006, na prática não beneficia a todos igualmente, sendo mais um privilégio de quem já os tem, num cenário em que uso e comércio ilícito são tão facilmente considerados como uma mesma situação.

Recorrer aos estudos sobre usos e costumes relacionados às drogas esclarece o contexto de uso. Estudos epidemiológicos realizados pelo CEBRID¹⁰ nas escolas e nos domicílios traçam a realidade brasileira de uso de drogas. Saber que o percentual de consumo das bebidas alcoólicas, tabaco, substâncias permitidas por lei é mais alto que o de uso de drogas ilícitas ajuda a definir prioridades. O Brasil é um país onde se experimenta muito (ter consumido alguma droga pelo menos uma vez nos últimos seis meses antes da pesquisa), mas o uso frequente é significativamente menos importante (ter consumido alguma droga mais de 20 vezes no último mês antes da pesquisa). Outros estudos recentes¹¹ mapeiam e analisam as pequenas cenas abertas de uso, pouco visíveis, móveis e dinâmicas, levando em conta a diversidade regional e social brasileira. Entrevistam as famílias, os amigos, conhecidos que interagem com essa população cujo perfil se quer definir - jovens do sexo masculino, com baixa escolaridade, excluídos do mercado formal de trabalho, envolvidos no trabalho sexual, vivendo nas ruas, em situação de grande instabilidade, com precário atendimento de saúde. Segundo esses estudos, muito mais do que tratar o uso compulsivo, trata-se de evitar a miséria que favorece o uso do crack 'para ter mais energia para enfrentar um cotidiano adverso', na busca de políticas sociais amplas comprometidas com os direitos humanos.

A educação para a autonomia **valoriza o pensar**. A sociedade capitalista contemporânea procura dar aos sujeitos a impressão de que eles têm possibilidades infinitas, de que podem decidir sobre tudo, mas de fato, nós não percebemos o quanto as nossas escolhas são limitadas e

10 CEBRID, 2010. *VI Levantamento sobre o consumo de drogas entre estudantes do Ensino Fundamental e Médio das redes de ensino pública e privada no Brasil*, Brasília, DF.

11 ANTUNES, A. 2013. *Crack, "desinformação e sensacionalismo"* In *Revista Poli, Saúde Educação, Trabalho*, n. 27, citando pesquisa realizada pela FIOCRUZ/Senad sobre consumo do crack em cidades brasileiras.

condicionadas¹². Daí a importância de nos livrarmos dos bloqueios e limites impostos ao pensar e agir, de forma autônoma, reaprendendo o mundo. Diante de tantos danos e enganos criados pelo proibicionismo, teremos que nos livrar do entorpecimento atual que domina nossa razão, teremos que aprender a aprender, aprender a descobrir e inventar, repensando formas de conviver com as drogas, num processo dialógico entre educador e educando.

A educação para a autonomia **redefine o lugar do educador**, que consciente de seu papel como objeto-suporte na passagem para a vida adulta, poderá ter uma atuação significativa. Colocando os limites necessários entre a ação intuitiva e a ação que resulta da reflexão, o educador supera a função tradicional de *vigiar e punir*. Dessa forma, assume um lugar privilegiado, junto aos adolescentes e suas famílias, na tentativa de resolução dos problemas relacionados ao uso de droga, sinal e sintoma de um mal-estar no mundo¹³.

Redefine, também, o lugar do educando. O risco do uso de drogas aumenta na proporção direta da prática da *educação bancária* de acumulação de informações sem reflexão, segundo a qual cabe ao educador ensinar e ao aluno, escutar e repetir¹⁴. Porque dessa forma, não há produção de conhecimento, mas sim reprodução do que está dado, o sujeito não é chamado a conhecer, apenas memoriza mecanicamente, recebe de outro algo pronto. De forma vertical e antidialógica, a concepção bancária de ensino age no sentido da passividade. Informa de forma reducionista que a droga faz mal, que as drogas tornadas ilícitas fazem mais mal e são as mais consumidas. Dissemina a ideia falsa que toda experiência leva à dependência, que os danos decorrentes do uso de drogas são inexoráveis e generalizáveis. Nas feiras de ciência nas escolas, como resultado da educação bancária, os jovens reproduzem as informações divulgadas restritas à ação das drogas no sistema nervoso central e à legislação que condena. Fica assim descartada toda capacidade crítica quando os jovens precisam de fato conhecer seus limites psíquicos, físicos, sociais, aprender a ter cui-

12 SAFATLE, W. 2011. "Voltar a agir" *In Revista Cult*, n. 163, novembro, Brasil.

13 AMARAL DIAS. C. 1979. **O que se Mexe a Parar: estudos sobre a droga**. Ed. Afrontamento, Coimbra.

14 FREIRE, P. 1996. **Pedagogia da autonomia, saberes necessários à prática educativa**, Ed. Paz e Terra, São Paulo.

dado com substâncias psicoativas. A educação para a autonomia aplicada às drogas restaura a possibilidade de pensar e construir uma fala original.

Para contornar os eventuais danos decorrentes da relação com as drogas é preciso aprender a lidar com nossos desejos, construir a capacidade de deliberação lúcida, **construir uma subjetividade que seja capaz de deliberação e de vontade**. A construção de autonomia se opõe à pretensão de *erradicar do espírito e da alma qualquer traço de pensar e querer próprios*. Uma sociedade autônoma não somente sabe explicitamente que criou suas leis, mas se institui de modo a liberar seu imaginário e ser capaz de alterar suas instituições mediante sua própria atividade coletiva, reflexiva e deliberativa¹⁵.

Mas por que é tão difícil **formular um discurso alternativo** ao proibicionismo? A construção dos discursos que envolvem o poder, tais como o discurso sobre a política, a sexualidade e as drogas passa por algumas injunções. Elaborar uma fala própria gera angústia, dúvidas naturais a todo começo e o sujeito tem o desejo de incorporar um discurso já pronto. Mais do que tomar a palavra, ele deseja ser envolvido por ela, deseja encontrar-se de imediato no interior do discurso, no qual as verdades, uma a uma, se apresentem e ele apenas se deixe levar. A esse desejo, as instituições respondem que o discurso existe na ordem das leis e que há muito tempo sua expressão está dada, mas o preço a pagar será o do sujeito jamais ter uma fala própria. Esse processo pressupõe procedimentos externos ao discurso e que têm como objetivo conjurar os poderes, controlar acontecimentos aleatórios, driblar sua pesada e temível materialidade¹⁶. A palavra proibida seria o primeiro – nem todos têm o direito de falar sobre drogas em qualquer circunstância. Tabu do objeto, ritual da circunstância, direito exclusivo e privilegiado de quem fala, são três interdições que se cruzam e que constroem o falar sobre drogas: a fala do especialista autorizada desde que nos marcos da política antidrogas e em determinados espaços fechados. O mais será apologia às drogas, discurso ideológico.

O segundo procedimento seria a oposição entre a razão e o discurso do usuário. A experiência de uso é criminalizada, negada a sua possibilidade ainda que de forma controlada; ao mesmo tempo, lhe são atribuídos estranhos poderes. O discurso da experiência é excluído, embora

15 CASTORIADIS, C. 1989. "Psicanálise, Pedagogia, Política", In **Revista Lettre Internationale**, n° 21, p. 54-57.

16 FOUCAULT, M. 1971. **L'Ordre du Discours**. Ed. Gallimard, Paris.

a história da humanidade confirme sua materialidade. A experiência de uso ilícito é identificada à dependência, e a dependência só é investida de poder quando controlada pela escuta do especialista. A internação compulsória de usuários de crack que vivem nas ruas de nossas cidades, decidida pela política proibicionista, não seria uma tentativa de aprisionar seus discursos, de reduzir um sofrimento que vai além da droga em si, calando situações de miséria?

A oposição entre o falso e o verdadeiro completa o quadro de procedimentos externos à construção do discurso sobre as drogas, fundamental no controle do que é aceito como ‘verdade’. Se nos colocamos no interior do discurso repressivo que impõe a abstinência como norma, essa partilha não parece arbitrária ou violenta – afinal, a pretensão de um mundo ‘sem drogas’ é apresentada de forma natural... Mas se queremos saber sobre a história do consumo de drogas ao longo de tantos séculos, percebemos sistemas de exclusão, modificáveis e institucionalmente constrangedores. O discurso da abstinência continua sendo valorizado, distribuído e atribuído pelas instituições como ‘o verdadeiro’, em que pesem os inúmeros estudos que têm confirmado ontem e hoje a evidência de usos controlados. A ação das drogas no sistema nervoso central se impõe como determinante em qualquer uso, assim transformado em dependência ‘química’, independentemente da personalidade dos sujeitos e de seu meio sociocultural. As experiências antigas e recentes de uso sem danos ficam obscurecidas.

Pareceres dados por profissionais de saúde, nos processos de avaliação dos adolescentes pobres em conflito com a lei, evidenciam a opção pelo discurso institucional e reproduzem preconceitos¹⁷ e a dificuldade de construção de um discurso próprio. O olhar altaneiro do adolescente pobre, preso em decorrência do uso de drogas é visto de forma negativa pelo profissional que o avalia. Exige-se dele olhos baixos, submissos. Seus desejos de consumo – comprar uma casa para a família no futuro – são considerados incompatíveis com sua situação econômica, a modéstia sendo exigência *necessária* a sua condição de pobreza. Por outro lado, de um adolescente de classe média ou alta espera-se justamente o olhar direto, firme, que demonstra segurança. A circulação do jovem pobre longe do

17 MALAGUTI BATISTA, V. 1998. *Difíceis ganhos fáceis, drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro*, Instituto Carioca de Criminologia/ICC, Ed. Freitas Bastos, Rio de Janeiro.

seu domicílio é vista com desconfiança, mas no caso de jovem bem nascido esse movimento é positivo, 'agrega cultura'.

A proposta de educação para autonomia aplicada às drogas é uma pedagogia dialógica, provocante, desafiadora. Fazendo a crítica do real, buscando identidade com a prática, num estudo rigoroso, comprometido com a transformação da realidade, buscando uma sistematização coletiva promove a crítica aos mitos e as meias verdades. No processo discursivo dialógico, resgata-se o saber coletivo¹⁸.

Na perspectiva dialógica, educadores e jovens são agentes de transformação, vão além da competência técnica e assumem o compromisso político com a democracia, com a expansão da liberdade do sujeito, criando alternativas às campanhas moralistas, reducionistas que caracterizam o proibicionismo. As ações educativas precisam de um discurso amplo que dê conta dos problemas do nosso tempo: a distribuição dos poderes, das riquezas, do saber; a violência, o desemprego, a fome, a falta de solidariedade, "desigualdades que fazem com que alguns se sintam bem porque pertencem a um grupo social e outros se sintam mal porque são excluídos".¹⁹

A educação para a autonomia propõe conviver com as drogas de forma consciente. Afinal, "nossa cultura, como todas as outras, conhece, utiliza e procura drogas. É a educação, a inquietude e o projeto vital de cada indivíduo que pode decidir qual droga usar e como fazê-lo. O papel do Estado não pode ser mais que informar da forma mais completa e razoável possível sobre cada um dos produtos, controlar sua elaboração e sua qualidade, e ajudar os que desejam ou se veem prejudicados por esta liberdade social"²⁰. Assim, a normalização com controles coletivos da produção, comércio e uso de drogas, associada à luta afirmativa de direitos sem discriminação permitirá o aumento da demanda por orientação e ajuda, sendo capaz de reduzir danos e rompendo o círculo perverso da violência. ♦

18 PEY. M. O. 1988. **A Escola e o Discurso Pedagógico**. Ed. Cortez, São Paulo.

19 LAZARUS, A. 1995. "Y a-t-il une prévention de la toxicomanie?" In **Toxicomanies, Sida, droits de l'homme et défis**, UNESCO, Paris, Compte Rendu du Colloque 11 a 13 Outubro 1994, SOS Drogue International.

20 SAVATER, F. *op. cit.*